



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: reflexões sobre o exercício profissional no contexto da crise do capital

ELIZABETH RODRIGUES FELIX ¹

RESUMO: Este ensaio apresenta reflexões acerca dos desafios e possibilidades do Serviço Social, a partir das novas formas de organização do trabalho na sociedade capitalista, no contexto da crise do capital e os seus rebatimentos no exercício profissional do(a) assistente social, na esfera do cotidiano, com a perspectiva de uma direção social crítica, presente no Projeto Ético Político Profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Serviço Social. Cotidiano. Projeto Ético-Político.

ABSTRACT: This essay presents reflections about the challenges and possibilities of Social Work, based on the new forms of work organization in capitalist society, in

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

the context of the capital crisis and its rebates in the professional exercise of the social worker, in the sphere of daily life, with the perspective of a critical social direction, present in the Professional Political Ethical Project.

KEYWORDS: Work. Social Work. Everyday. Ethical-Political Project.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca das novas formas de organização do Serviço Social, no contexto da crise do capital, a partir das possibilidades e tensionamentos trazidos por uma nova morfologia do trabalho e seus rebatimentos no exercício profissional e na direção social do Projeto Ético Político Profissional.

Optamos por trilhar um caminho que partirá do cotidiano, enquanto categoria que nos auxiliará a compreender a dinâmica do espaço sócio-ocupacional onde o(a) assistente social desenvolve sua práxis e, onde se materializam as expressões mais profundas da subalternidade e da opressão vividas por aqueles que, possuindo somente a sua força de trabalho, a submetem ao degradante processo de produção e reprodução capitalista.

Estamos falando de um espaço essencialmente contraditório, onde as relações

sociais se produzem e se reproduzem na conformação do processo de dominação próprio do sistema do capital, criando um cenário típico de desvalor para o trabalho humano, cada vez mais subsumido às contínuas metamorfoses, que ao trabalhador são impostas, expropriando-o da posse dos meios de produção, da riqueza produzida e, por fim, do controle da própria vida.

A compreensão da dinâmica do capital e das suas crises cíclicas, elucida questões importantes para que não percamos de vista a importância substancial do trabalho como único elemento capaz de gerar valor e, portanto, manter vivo, o processo de produção capitalista, o qual realiza um movimento de “superexploração” e, conseqüentemente, de “reconfiguração” da força de trabalho, mantendo, assim, a lógica da acumulação até um ponto de esgarçamento tal que a coloca em crise, tornando imperiosa a necessidade de se reinventar e ampliar ainda mais seus espaços de mercadorização da vida.

Este nos parece ser um ponto crucial no entendimento das possibilidades presentes no Serviço Social, enquanto profissão que, não obstante, tenha seu surgimento substanciado pelo pensamento conservador de origem cristã, cujas finalidades profissionais correspondiam aos ditames da ordem capitalista, por outro lado, encontra um caminho de resistência e de lutas, conflagrando, a partir do final da década de 70, um novo projeto, que irá redimensionar significativamente os rumos da profissão.

Não estamos falando de um processo linear, tampouco isento de tensionamentos, uma vez que, o rompimento com o conservadorismo na profissão é algo que jamais se deu de forma plena, dada a heterogeneidade presente no corpo da profissão e, as conexões das lutas travadas no interior desta, com o movimento maior da sociedade, na direção da construção de estratégias para fazer frente ao avanço do ultraneoliberalismo.

É neste espaço de contradições, mediatizado por projetos societários em disputa, que identificaremos, na profissão de Serviço Social, um esforço teórico e político de vincular-se, organicamente aos movimentos e organizações dos trabalhadores, em suas lutas, as quais estarão manifestas enquanto demanda no cotidiano dos mais diferentes espaços onde se dá o exercício profissional do assistente social.

A partir da década de 80, num movimento, cada vez mais nítido, de incorporação de um arcabouço teórico advindo da teoria social crítica, com incremento da produção acadêmica de base marxista, vai se fortalecendo, na profissão um novo projeto, que vai ganhando hegemonia, na medida em que se constitui como importante estratégia de oposição à ordem do capital e suas consequências devastadoras para o mundo.

Ainda que se constitua em objeto de muitos questionamentos do ponto de vista de suas possibilidades de efetivação, no âmbito das instituições empregadoras do assistente social, este projeto vem se configurando na profissão, de modo emblemático. Isso porque ele tem sido instrumento profissional no sentido de fazer frente às consequências sofridas pela classe trabalhadora (da qual o assistente social é parte integrante), decorrentes do novo padrão de acumulação, pautado em relações de trabalho flexibilizadas, instáveis e altamente precarizadas, do ponto de vistas das condições de sua realização.

I - A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA VIDA SOCIAL

A centralidade da categoria trabalho está na base de compreensão do ser social e, portanto, elemento por meio do qual o homem se distingue da natureza e dos condicionamentos biológicos da vida. É por meio do trabalho, que os homens são capazes de produzir os seus meios de vida, a partir de sua ação sobre a natureza, modificando-a e, sendo modificado por ela, num processo de dupla transformação (Lukács, 2018). Tomado como elemento fundante do ser social, o trabalho estará na processualidade da produção e reprodução da vida, considerando as bases materiais que determinam a existência humana.

A essência do Ser Social está exatamente no resultado desta operação consciente do homem sobre a natureza, através da qual se dá a busca pela satisfação das suas necessidades, que é o trabalho, compreendido então, como criador de valor de uso. Essa atuação do homem sobre a matéria transforma o trabalho concreto em trabalho abstrato, na medida em que cria valor, ensejando o caráter social da produção. O trabalho socialmente necessário, fica então compreendido, na medida em que o trabalho concreto se transforma no trabalho abstrato, transmutando valor de uso em

valor de troca.

O valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores de uso são ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca (MARX, 2013, p.58).

Sendo assim, a base fundamental do ser social que é o trabalho aparece no valor, sendo este, tomado como categoria central da produção social, entendida como produção e reprodução social da vida humana. Nesta processualidade, o homem produz, mas também, torna-se resultado desta produção, construindo, assim, a história do mundo e a sua própria história (Marx, 2013).

No pensamento de Marx, esta ontologia do ser social, entendida no processo da história, possui caráter materialista e social, ou seja, parte do real concreto para desvendar a realidade. Nessa dimensão histórica, onde o homem se constitui como ser social, serão as condições materiais que determinarão a sua consciência. Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx escreveu “os próprios homens fazem a sua história, mas não a fazem arbitrariamente, e sim em certas condições determinadas” (Marx, 2008, p.25).

Este caráter social da produção, no entanto, quando compreendido dentro de um modo particular que é a sociedade capitalista, assume uma particularidade própria deste sistema econômico, por meio do qual, o resultado do trabalho passa a ser apropriado de forma privada por um segmento da sociedade detentor dos meios de produção. Falamos, pois, de um processo histórico que não se fez de forma única nem em suas origens, nem em seu desenvolvimento, mas que guarda desde o seu surgimento, o traço mais central de sua lógica, que consiste na apropriação privada dos meios de produção e da força de trabalho, consignando, assim, uma forma de organização social e de sociabilidade fundamentados na submissão do trabalho ao capital.

Na seara do capitalismo, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida se dá na forma de mercadoria², sendo esta, expressão do valor de uso do

²“A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (Marx, 2013, p.57)

produto do trabalho humano. Em Marx, a importância dada à análise da mercadoria fica bem expressa quando o autor diz,

as mercadorias, recordemos, só encarnam valor, na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra (Marx, 2013, p. 69).

Compreender a mercadoria, enquanto expressão do valor do trabalho, no contexto da sociedade capitalista, é de fundamental importância, dado o caráter central desta, enquanto valor de troca, portanto, de utilidade, reconhecida por meio de um processo social. Neste processo, tanto os produtos do trabalho quanto as próprias forças produtivas serão considerados como mercadoria, portanto, passíveis de troca e, no caso das forças produtivas, trata-se da venda da força de trabalho, em troca de um salário. O custo destas forças produtivas para o dono dos meios de produção deverá ser sempre menor do que os produtos objetivados do seu trabalho, de modo que haja sempre um excedente econômico, que permita a geração de mais valor. No mundo das mercadorias se estabelece, portanto, a relação entre as classes sociais antagônicas, na qual, o fundamento do processo produtivo, se dá pela expropriação, cada vez maior, dos produtos do trabalho humano.

Enquanto modelo de organização econômica e social engendrado pelas crises do modelo feudal, o capitalismo traz à cena política uma nova classe social - a burguesia, que apesar de seu caráter progressista e revolucionário, no contexto da superação do feudalismo e seu sistema político - irá aprofundar o sistema de exploração da classe trabalhadora, tornando-se, assim, a classe dominante à serviço das leis econômicas e estruturais do capital.

Tendo passado por diferentes fases, em diferentes partes do mundo, em uma trajetória de crises cíclicas, o capitalismo vai se desenhando desde o século XVI, sendo legitimado por um Estado, que também vai adquirindo feições distintas, do ponto de vista político, funcionando como um aparato jurídico-formal legitimador do ordenamento econômico e social necessários ao disciplinamento e administração das questões decorrentes das lutas dos trabalhadores destituídos dos seus meios

de produção e expropriados dos produtos do seu trabalho.

O que acontece no mundo, sob a égide do capitalismo é, que de uma atividade eminentemente criativa e dotada de intelecto, o trabalho passa a ser uma atividade nociva ao próprio homem, chegando a ser desumanizadora, ou seja, o trabalho, não apenas nos seus produtos, mas também em seu processo, torna-se uma mercadoria e, assim, também, as relações sociais daí advindas. É, portanto, a partir do entendimento deste caráter contraditório que demarca as relações de trabalho na sociedade capitalista, que podemos enxergar, as possibilidades de sua superação. Isso porque uma vez que como sistema que tem na necessidade de acumulação o seu veio de sustentação, é nesta mesma lógica que estará também a possibilidade da sua autodestruição.

Aqui, reside um aspecto de grande importância para ser pensado por todos que se propõem a compreender o que se passa no mundo capitalista de um modo crítico, entendendo que há possibilidades de outros modos de vida, fora desta lógica. Esta reflexão é colocada de forma extremamente pertinente por ANTUNES (2020, p. 28),

“Isso porque o *sentido do trabalho* que estrutura o capital (*o trabalho abstrato*) é desestruturante para a humanidade, enquanto seu polo oposto, o *trabalho* que tem sentido estruturante para a humanidade (*o trabalho concreto* quem cria bens socialmente úteis), torna-se potencialmente estruturante para o capital. Aqui reside a *dialética espetacular do trabalho*, que muitos de seus críticos foram incapazes de compreender”.

Esta dialética que coloca o trabalho em posição central na sociedade do capital crucial, para o que nos propomos no início desta seção, ou seja, pensar o trabalho a partir de sua nova morfologia, decorrente das profundas transformações ocorridas, em escala global, a partir da década de 70, pela crise no padrão fordista de produção, dando lugar ao chamado Toyotismo, ou fase de flexibilidade toyotizada³.

Relações aparentemente mais flexíveis e horizontalizadas, com ênfase no trabalho

³Trata-se de um modelo substitutivo do padrão taylorista-fordista de produção, cujas características fundamentais repousam na desregulamentação, na desconstrução dos direitos do trabalho e, em um processo flexível, pautado na lógica da parceria, do envolvimento e da colaboração. Sobre esta roupagem, o que, na realidade se efetivou, foi mais uma fase de degradação do trabalho, sob um disfarce da colaboração e da participação do trabalhador na suposta gestão do processo produtivo. (ANTUNES, 2020, P. 79-81).

em equipe, com maior qualificação e criatividade, retratavam um aumento, ainda maior, na precarização do trabalho, dado o seu alto grau de informalidade, desproteção e invisibilidade, típicos das últimas décadas do século XX, onde o avanço das tecnologias da informação acabou por criar um formato de superexploração do trabalho, com a insurgência de um novo proletariado de serviços.⁴

Com a clareza de que não teremos, no escopo deste texto, condições de nos ater a todos os aspectos que dizem respeito aos avanços da nova morfologia do trabalho na sociedade capitalista contemporânea expressa, emblematicamente, na era digital, considerando todas as suas expressões no universo da precarização do trabalho, a síntese que aqui trouxemos, teve o propósito de iluminar nossa compreensão acerca do Serviço Social, enquanto profissão, no contexto do capitalismo contemporâneo, onde tem lugar uma nova morfologia no trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais.

II - O SERVIÇO SOCIAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO

Para compreender o trabalho do assistente social no contexto da nova morfologia do trabalho na sociedade contemporânea, é imprescindível considerá-lo no conjunto das tensões que demarcam as contradições da sociedade capitalista, a partir da década de 80.

Assim, consideraremos que, no contexto das relações sociais decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas, próprias da sociedade capitalista, o Serviço Social tem o seu reconhecimento como profissão, na divisão social do trabalho, da qual decorre a chamada “questão social”.⁵

O Serviço Social, portanto, em sua trajetória, se constituiu como profissão que vai atuar na prestação de serviços ligados ao processo de reprodução da força de

⁴Ver ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

⁵Sobre o tema da “Questão Social”, encontramos, abordagem detalhada em CARVALHO; IAMAMOTO (1985), especificamente na parte II de sua obra clássica *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. Já na primeira parte da obra, no entanto, ao tratar da intervenção do agente profissional nas relações sociais (p. 76-77), os autores trazem a contextualização do Serviço Social como profissão que passa a integrar o conjunto de respostas do Estado aos resultados da exploração do trabalho, manifestos nas degradantes condições de vida dos trabalhadores.

trabalho, de modo a manter vivo o sistema de produção capitalista e o seu caráter cada vez mais explorador da força de trabalho. Tendo no Estado um de seus principais empregadores, no Brasil, os assistentes sociais verão o seu campo de trabalho se ampliar, porém, vinculando-se ao processo de dominação do trabalho pelo capital.

Apesar dessa vinculação originária, CARVALHO e IAMAMOTO (1985), chamam a atenção para a possibilidade do assistente social, a depender de sua posição política, direcionar sua atuação para o reforço das lutas e interesses dos trabalhadores, por meio de sua relativa autonomia profissional. No entanto, em uma análise da trajetória do Serviço Social no Brasil, os autores ressaltam que há uma predominância pelo reforço à ideologia dominante no que diz respeito à atuação profissional,

[...]considerando o antagonismo da relação capital e trabalho, a tendência predominante, no que se refere à inserção da profissão na sociedade, vem sendo, historicamente, o reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente. (CARVALHO; IAMAMOTO, 1985, p. 97)

Esse papel subsidiário que o Serviço Social desempenha, em face da reprodução da força de trabalho, no modo capitalista de produção, se dará na medida em que o assistente social tem sua atuação, vinculada aos aparelhos institucionais, por meio dos quais o Estado desenvolve suas políticas sociais, na forma de serviços. Neste modelo societal, esses serviços sociais irão adquirir um caráter de complementação, visando o suprimento das necessidades básicas de sobrevivência daqueles que, em troca de um salário, tiveram como única alternativa, a venda de sua força de trabalho. É exatamente esta força de trabalho que necessita ser mantida, sustentada em caráter, não apenas físico, mas também ideológico. Adquire, assim, o trabalho do assistente social, por meio de práticas institucionalizadas, de caráter socioassistencial, uma função que acaba por instrumentalizar o capital para a manutenção do seu característico processo de exploração da força de trabalho e expropriação da riqueza produzida pelo trabalhador.

Este processo a que nos referimos, que diz respeito à manutenção da ordem capitalista, recorre, tanto à violentas formas de submissão da força de trabalho, em condições aviltantes, quanto à presença de um discurso dominante da classe

burguesa, com a sua ideologia que vem reforçar e naturalizar esta ordem social, por meio de práticas desmobilizadoras de qualquer movimento ou reação advinda da classe trabalhadora.

Aqui situa-se um espaço de grande tensionamento para o assistente social, também trabalhador e, portanto, submetido ao mesmo processo de venda de sua força de trabalho e assalariamento. Para melhor entendimento deste aspecto, apoiamo-nos em IAMAMOTO (2015), quando, em sua análise sobre a profissão, a autora destaca a necessidade de mediações para elucidar o *significado social do trabalho do assistente social*, enquanto trabalho concreto, visto como uma unidade contraditória. A profissão vai adquirindo seus contornos e configurando suas respostas profissionais, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que requisitam suas ações, em uma dinâmica posta pela divisão social e técnica do trabalho.

Em síntese, [...] consideramos que não há como separar ou dicotomizar trabalho e profissão, nem tampouco deixar de reconhecer a atividade de assistentes sociais como trabalho e sujeito vivo dessas relações como trabalhador assalariado, no complexo processo de determinações e possibilidades contidas nas relações sociais das quais é partícipe. (RAICHELIS, 2018, p. 38).

Reconhecemos o grau de complexidade trazido por esse debate, no interior da profissão, especialmente, a partir da década de 80, diante da chamada reestruturação produtiva.⁶

A este respeito, a análise trazida por ANTUNES (2020), nos fala acerca das consequências desta “*nova morfologia do trabalho*”, que com seus mecanismos, por vezes aparentemente mais atrativos, revestidos do discurso da criatividade, do trabalho em equipe e de maior liberdade em jornadas mais flexíveis e menos controladas, incorpora elementos ainda mais degradantes, com extrema exploração da força de trabalho subsumida cada vez mais ao aparato tecnológico de cunho

⁶Sobre a reestruturação produtiva, encontramos ampla abordagem em ANTUNES (2020), onde o autor aborda a questão da crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, ocorrida na transição entre as décadas de 60 e 70, o que significou uma série de transformações no processo produtivo, que passa a incorporar uma lógica de acumulação flexível, que irá se expressar nas relações de trabalho, nas suas formas de contratação e de sua proteção social. Antunes traz essa problematização para o centro da discussão sobre o trabalho propriamente dito, apontando para uma espécie de transição de um quadro de degradação do trabalho para precarização em todos os sentidos que esta pode incidir sobre a “classe que vive do trabalho”.

informacional e digital.

Neste “novo” universo do trabalho, metamorfoseado pela incorporação massiva da tecnologia digital, com a função de aperfeiçoar os mecanismos de intensificação da produção capitalista, com menos trabalho vivo, tem-se o descarte de uma força de trabalho que se torna sobrando e, ao mesmo tempo, a sua absorção no patamar do “setor de serviços”. Vamos assistindo, aqui, o surgimento de uma “nova classe trabalhadora”, ou de um *proletariado da indústria de serviços*. Eis “o novo ciclo de valorização do capital em detrimento dos direitos do trabalho” (ANTUNES, 2020, p. 160).

Estamos diante de um processo crescente de degradação da força de trabalho, caracterizado pela sua precarização estrutural, haja vista o desmonte das políticas de proteção social, o que ao lado do processo de informatização dos processos de trabalho, terminará por instalar uma terrível destruição da força de trabalho. E não estamos falando de um processo com consequências somente no que tange à dimensão da vida material, mas que irá impactar de forma determinante as condições de vida em geral, atingindo as suas formas objetivas e subjetivas.

Este contexto, de profundas transformações no mundo do trabalho em todas as suas dimensões, irá impactar o Serviço Social, cujas raízes, como profissão, estão ancoradas na emergência da sociedade capitalista e, como tal, vai configurando suas formas de intervenção no movimento que o capitalismo vai alcançando no mundo. Com efeito, as análises sobre o trabalho do assistente social não fugirão do entendimento desta, também como mercadoria, cujo valor de troca, estará subsumido às condições ofertadas por aqueles que a empregam.

Há aqui um impacto importante sobre a autonomia relativa do assistente social nestes tempos de intensificação e precarização do trabalho, onde se identifica uma alteração nas formas de organização e gestão do trabalho profissional. Com a incorporação de tecnologias de forma a aumentar ainda mais a exploração e expropriação dos trabalhadores instituiu-se a métrica da produtividade, das metas e dos resultados sobre o trabalho dos assistentes sociais de forma cada vez mais intensa e veloz, muitas vezes prejudicando a apropriação crítica desses

instrumentos e mecanizando o exercício profissional⁷.

Este é um ponto que, se não bem compreendido, pode nos levar a conclusões fatalistas sobre o trabalho profissional que, ao contrário, precisa ser visto sob o prisma de suas possibilidades concretas, que se desenham nas suas formas de organização, em suas construções coletivas e, no reconhecimento do seu significado social enquanto profissão que emerge no berço do capitalismo. É desta leitura sobre a profissão que encontraremos os canais que a conectam com a direção social que hoje está impressa no exercício profissional.

Esses organismos empregadores, estatais, ou privados, defendem também a matéria (objeto) sobre o qual recai a ação profissional, ou seja, as dimensões, expressões ou recortes da questão social a serem trabalhadas, as funções e atribuições profissionais, além de oferecerem o suporte material para o desenvolvimento do trabalho – recursos humanos, técnicos, institucionais e financeiros – decorrendo daí tanto as possibilidades como os limites à materialização do projeto profissional.(RAICHELIS, 2011, p. 428).

No trecho citado, a autora nos traz uma perspectiva que exige a apreensão do trabalho do Serviço Social, sob uma ótica dialética, que invoca a necessidade de a profissão colocar-se nos espaços sócio-ocupacionais e na sociedade como um todo, enquanto força de resistência, articulada coletivamente às lutas por direitos, nos marcos de um novo modelo de sociedade.

Os caminhos da profissão para alcançar o que hoje reconhecemos como direção social crítica, não foram lineares, tampouco resultantes de um consenso no interior da própria categoria profissional. Em sua emergência e desenvolvimento o Serviço Social constituiu-se historicamente, tanto do ponto de vista interno quanto externo, configurando formas distintas de análise e enfrentamento das demandas postas pela dinâmica da sociedade brasileira.

A aproximação com a tradição marxista, ao longo dos anos 80, ainda que de forma frágil e, incipiente, trouxe um horizonte intelectual e político-profissional que foi ganhando um número cada vez maior de profissionais, com potencial de contestação e oposição clara ao conservadorismo dentro da profissão e suas recorrentes práticas em favor do processo de dominação da classe burguesa, em favor do aprofundamento do capitalismo no Brasil e no mundo.

A década de 80, nos dizeres de NETTO (1996, p. 112), “assinou a maioria do

⁷Acerca desse debate considerar as importantes contribuições de Raichelis (2011).

Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica". Foi neste período que se presenciou a formação de uma intelectualidade na profissão, que trouxe avanços do ponto de vista da produção de conhecimentos teóricos, bem como do desenvolvimento de novas competências e estratégias no campo da intervenção e, conseqüentemente da formação profissional.

Avançando pelo início dos anos 90, o Serviço Social como profissão já gozava de um dinamismo em termos de suas produções científicas, bem como de reconhecimento por parte de agências de fomento de pesquisas, configurando, inegavelmente um momento de grandes avanços, que de modo relevante, fizeram parte de um conjunto de estratégias profissionais para o enfrentamento do processo de aprofundamento da crise do capital, iniciada nos anos 70.

Em síntese, uma nova postura profissional, de conteúdo crítico à ideologia do grande capital vai se consolidando, inclusive em dimensão político organizativa e jurídico-formal, com destaque para o Código de Ética profissional (1993), que materializa as expressões de uma direção social do Serviço Social e aponta para a ruptura com o conservadorismo na profissão.

III - SERVIÇO SOCIAL E PROJETO PROFISSIONAL: PERSPECTIVAS DO COTIDIANO

As reflexões aqui apresentadas esclarecem que, embora uma direção social estratégica tenha sido assumida pelo Serviço Social, no final dos anos 70, não devemos entender este caminho como isento de disputas internas e externas, mas, como espaço de possibilidades que se conjugam aos projetos societários maiores. Em um dado momento histórico da profissão denominou-se de Projeto Ético Político Profissional ao conjunto de expressões e valores assumidos por parcelas significativas dos sujeitos profissionais, tornando, assim legítimas as suas formulações⁸. A respeito das tendências e possibilidades que se delinearam no processo de renovação do Serviço Social encontramos vasta abordagem em

⁸Esta compreensão do Projeto Ético Político Profissional, é trazida por BRAZ (2004, p. 56-57), quando ele faz menção a este Projeto como uma projeção coletiva de determinado grupo social – os assistentes sociais, representando concepções hegemônicas do seu meio. O autor destaca, ainda, que os novos rumos no Serviço Social incidirão tanto sobre o exercício, quanto sobre a formação profissional.

NETTO (1994)⁹.

Compreendemos que é na realidade cotidiana, onde se efetiva o exercício profissional, que iremos encontrar os subsídios para a efetivação da direção estratégica afirmada na profissão nas últimas décadas. Isto significa dizer, que a busca de uma legitimidade junto às classes subalternas não foi um processo que transcorreu de forma homogênea, nem linear. Vários questionamentos e impasses se colocaram no seio da categoria profissional, cujo fator central consistia no descompasso entre os avanços alcançados pela profissão no campo teórico e da produção de conhecimentos, o que não fora acompanhado pelo mesmo nível de consistência e aprofundamento do ponto de vista do efetivo exercício profissional. É nesta perspectiva do cotidiano que a dinâmica da totalidade social se engendra em todos os seus aspectos e contradições, revelando as expressões mais vivas da história e de seus constructos, manifestos na produção e reprodução da vida social, como práxis humana, cujo valor central é o trabalho.

A práxis não tem como objeto somente a matéria; também supõe formas de interação cultural entre os homens, para transformar a realidade produzindo um mundo histórico-social, os homens interagem entre si e tendem a influir uns sobre os outros, buscando produzir finalidades coletivas. (BARROCO, 2001, p.30).

A história é constituinte do cotidiano, pois é neste nível que se dão as relações sociais em toda a sua complexidade e contraditoriedade, tendo o trabalho como componente significativo. Considerando a estrutura econômica traçada pelo capitalismo, será na vida cotidiana, que se estabelecem expressões das formas de ser e de viver, produzidas nesta estrutura, no caso, marcadas pela alienação típica das circunstâncias engendradas pelo capitalismo.

Por suas características, *a cotidianidade é o campo privilegiado de reprodução da alienação*, tendo em vista o seu caráter de espontaneidade, de imediatez e de generalização. Na vida cotidiana, as necessidades humanas se manifestam

⁹O autor apresenta pormenorizadamente o que ele chama de renovação do Serviço Social no Brasil, nos marcos da autocracia burguesa, reconhecendo este caminho percorrido pela profissão como um avanço, ainda que suas direções não sejam homogêneas. Analisando desde a erosão do Serviço Social tradicional, passando pela perspectiva modernizadora (Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista) e pela reatualização do conservadorismo, o autor faz um retrospecto importante de momentos e encontros acadêmico-científicos que marcaram os avanços do Serviço Social e a importância destes para o que chamou de efetiva intenção de ruptura – “...esta era uma decorrência de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais”.

enquanto individualidades concretas, como tendência ou hábito, não atingindo, por esta razão um grau de reflexão ou profundidade, que seriam próprias da práxis humana, realizada de forma consciente. HELLER (2014, p. 31) dirá que,

O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade.

A criticidade, não é, portanto, própria das atividades da vida cotidiana, dado o grau de pragmatismo e imediatismo que prevalece neste espaço, onde os homens vivenciam intensamente suas escolhas, suas vontades e motivações, centradas na singularidade do seu “eu”. Ainda com HELLER, compreendemos o caráter contraditório presente na vida cotidiana, onde o aspecto da particularidade irá coexistir com o da genericidade, em um movimento, que carrega a potencialidade da realização de uma práxis humana, a partir da superação da esfera meramente pragmática e utilitária da vida cotidiana. A autora apontará que, “[...] a estrutura da vida cotidiana, embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada” (2014, p. 57).

Com todas as implicações que um projeto profissional tenha, seja do ponto de vista político-organizativo ou ético, a sua direção será feita por meio de práticas coletivas e não individuais e, agregação às lutas mais amplas da sociedade. Isto significa dizer que é na articulação com o conjunto de práticas dos segmentos dominados da sociedade que o assistente social ganhará perspectivas renovadas de sua legitimidade profissional.

[...] dada a contraditoriedade da história, a alienação coexiste com a práxis emancipadora, evidenciando o movimento de afirmação e negação das potencialidades e possibilidades humanas; de criação e perda relativa de valores; de reprodução da singularidade alienada e da genericidade emancipadora (BARROCO, 2001, p.36).

A simultaneidade entre o singular e o genérico, na vida humana configura-se em uma dinâmica própria da esfera do cotidiano e será, exatamente, em função deste entendimento que não a suprimiremos de qualquer compreensão sobre o trabalho profissional do assistente social, onde nossa premissa é de que fora deste lugar do

concreto, as possibilidades de reafirmação de uma direção social crítica no Serviço Social cairão sempre em certo “vazio”, capaz de aprofundar ainda mais as lacunas já existentes entre o universo das análises e o universo do efetivo exercício profissional.

O processo de agudização das expressões da questão social, atravessados pela necessidade de respostas urgentes, por parte dos assistentes sociais, acabam por resultar em uma prática de caráter rotineiro, imediatista e tarefeiro, em busca de “solucionar” questões específicas e tomadas dentro de suas particularidades. Isto não significa dizer, no entanto, que não haja movimento entre estas formas de lidar com a concretude do cotidiano e as possibilidades nele mesmo contidas, de superação desta imediaticidade, dando lugar a uma práxis, que expresse o caráter de criticidade de trabalho do assistente social, em seu esforço de atribuir direção ético-política às suas ações.

CONCLUSÃO

As questões apresentadas no decorrer deste trabalho tiveram por objetivo trazer algumas reflexões acerca das possibilidades de, por meio das relações do cotidiano profissional do Serviço Social, se estabelecer caminhos para construção de estratégias direcionadas ao fortalecimento de uma direção social crítica na profissão, no contexto de crise ora vivenciado no Brasil e no mundo.

Trouxemos alguns aspectos acerca da centralidade do trabalho na sociedade capitalista, considerando o aprofundamento de suas formas de exploração, complexificando e reorganizando as relações de produção, na chamada crise estrutural do capital, tema que requer, aprofundamento, dada a amplitude das análises de autores importantes que não fizeram parte, em sua totalidade, dos que arrolamos neste texto.

Entendemos que a capacidade de atualização nos padrões de acumulação capitalista, inerentes a este sistema, ainda que sendo uma forma de reagir às suas crises cíclicas, não dá conta do grau de saturação que ele vem demonstrando, o que para nós adquire relevância fundamental, na medida em que é no interior desta contradição, que se abrem as possibilidades de novos direcionamentos, na

perspectiva de uma nova ordem social.

A perspectiva de construção de outras formas de sociabilidade, para além dos ditames do capitalismo, ainda que nos pareça algo distante das tendências que se revelam concretamente nos espaços da vida social, tem sido uma importante referência para pensarmos as possibilidades de se consolidar no Serviço Social um projeto profissional consoante com os desafios que se colocam na atualidade, onde avançam os apelos de cariz neoconservador, ao mesmo tempo em que se aprofunda o quadro de desproteção social das camadas subalternizadas da sociedade.

Ainda que este debate tenha se travado e evoluído no interior da profissão ao longo das últimas quatro décadas, nos parece indubitável a sua atualidade, sobretudo quando nos propomos a problematizar as formas de organização que vem assumidas pelo Serviço Social, à medida em que uma nova morfologia do trabalho vem se configurando na sociedade capitalista.

Bibliografia:

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

BORGES, Maria Elizabeth Santanna; MATOS, Maurílio Castro. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurílio Castro; FREIRE, Silene de

Moraes. *Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando, 2020. Disponível em: https://56e818b2-2c0c-44d1-835cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_2da984d26e504f26bff6b82e138a90ac.pdf.

FORTI, Valéria. *Ética, crime e loucura. Reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

HELLER, Agnes. Estrutura da vida cotidiana. In: *O cotidiano e a história* (Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder). São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991.

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2015.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do Ser Social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, vol I, II. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: *Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brandt. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. In: *Serviço Social & Sociedade, n. 84*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valeria (org.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: *Revista Serviço Social e Sociedade nº 107*. São Paulo: Cortez, 2011.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, DAMARES; ALBUQUERQUE, Valeria (org.) *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.